

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

CONTAS INDIVIDUAIS (Auditadas)

Ano 2015

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA EM 2015

1.1. Economia Mundial

A **Economia Mundial** terá registado em 2015 o seguinte perfil macroeconómico:

	<i>PIB</i>		<i>Inflação (1)</i>		<i>Desemprego (1)</i>	
	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>
Mundo	3,4	3,1	---	---	---	---
Economias Desenvolvidas	1,8	1,9	1,3	1,0	7,9	7,3
EUA	2,4	2,5	1,6	0,1	6,2	5,3
Japão	0,0	0,6	2,7	0,7	3,6	3,5
a) Zona Euro	0,9	1,5	0,4	0,2	11,6	11,0
Reino Unido	2,9	2,2	1,5	0,1	6,2	5,6
Canadá	2,5	1,2	1,9	1,0	6,9	6,8
Países em Desenvolvimento	4,6	4,0	5,1	5,6	---	---
África Subsariana	5,0	3,5	6,4	6,9	---	---
África Sul	1,5	1,3	6,1	4,8	25,1	25,8
Ásia em Desenvolvimento	6,8	6,6	3,5	3,0	---	---
China	7,3	6,9	2,0	1,5	4,1	4,1
Índia	7,3	7,3	5,9	5,4	---	---
Médio Oriente e Norte África	2,8	2,5	6,7	6,2	---	---
Europa Central e Leste	2,8	3,4	3,8	2,9	---	---
Rússia	0,6	-3,7	7,8	15,8	5,2	6,0
América Latina e Caraíbas	1,3	-0,3	7,9	11,2	---	---
Brasil	0,1	-3,8	6,3	8,9	4,8	6,6

Fonte: FMI, "World Economic Outlook Update" (Jan 2016) para PIB, "World Economic Outlook" (Out 2015) para Inflação e Desemprego. Valores em percentagem year-on-year. (1) O mais actual sempre que disponível.

O ano de 2015 surpreendeu ao registar um nível de crescimento inferior ao observado no ano precedente: estima-se que o ritmo de expansão tenha rondado 3,1%. A atividade manteve-se deprimida. O ritmo de crescimento nos países Emergentes foi, pelo 5º ano consecutivo, menor. Terá sido, inclusive, o mais baixo desde a crise financeira de 2008-09, e em torno de 4,0%; as Economias Desenvolvidas, pela sua parte, progrediram a um ritmo mais elevado. Este padrão de evolução divergente terá mesmo observado consolidação. Apesar da Reserva Federal EUA ter dado início, em Dezembro, à normalização das taxas de juro do USD – o primeiro aumento de taxas desde 2006 - a política monetária foi globalmente acomodaticia enquanto as políticas orçamentais se pautaram por menor restrição ao crescimento. A perspetiva de divergência de políticas monetárias entre EUA (e Reino Unido) por um lado, e as restantes economias Desenvolvidas, por outro, dominou a evolução dos mercados financeiros, afetando o desempenho económico de diversas economias Emergentes. A perspetiva dominante de incremento gradual nas taxas de juro diretoras nos EUA,

a par de episódios de volatilidade acrescida por receios quanto ao impacto no crescimento das Economias Emergentes, determinou, ainda assim, condições financeiras mais restritivas a nível mundial e a aceleração de saída de capital desses mesmos Emergentes. A evolução desfavorável do preço das *Commodities*, o abrandamento da atividade industrial e a queda nos indicadores do Comércio Internacional caracterizaram o contexto económico de 2015, sobretudo na parte final do ano. A par, e relacionado com estes desenvolvimentos, a conjuntura foi influenciada pela alteração do padrão de crescimento da China, procurando as autoridades locais rebalancear o crescimento a favor dos Serviços e da Procura Interna e assim garantir uma expansão mais equilibrada. O USD registou uma tendência generalizada de ganhos.

Os **Estados Unidos** terão registado um crescimento em torno de 2,5%, marginalmente acima do observado em 2014. Foi o 6º ano consecutivo de crescimento da maior economia mundial, evidenciando o bom desempenho do sector imobiliário, de segmentos como as vendas e crédito automóvel, e a melhoria das condições a nível do mercado laboral – a taxa de desemprego atingiu um mínimo histórico de 5,0% em Dezembro. A queda dos preços do petróleo, contudo, deverá ter exercido um impacto significativo no investimento no sector da extração de gás e crude, penalizando a procura agregada doméstica, especialmente na parte final do ano. O sector industrial evidenciou desaceleração, afetado pelo abrandamento mundial e pelo impacto da valorização do USD.

A **Zona Euro**, por sua vez, terá registado expansão em torno de 1,5%, acelerando face ao ritmo de 2014. Ficou, ainda assim, aquém das expectativas iniciais. A procura Doméstica, beneficiando de condições de financiamento extremamente favoráveis e sustentadas (expansão das medidas de *quantitative easing*), da queda nos preços do petróleo e derivados, e de políticas orçamentais globalmente neutras, mostrou recuperação e terá mesmo compensado o menor contributo das Exportações Líquidas. O impacto da desaceleração da China e de outros países Emergentes, bem como o elevado nível de endividamento ainda persistente no sector privado, terão dificultado a recuperação económica. O Desemprego terá diminuído apenas gradualmente – de uma taxa de 11,5% no início do ano terá decrescido para 10,4% no final, permanecendo as disparidades significativas entre Estados-membro. A Inflação terá registado oscilação marginalmente positiva, evidenciando um afastamento superior face ao mandato do BCE.

O **Reino Unido** terá registado em 2015 um crescimento em torno de 2,2%, evidenciando um abrandamento por comparação com o nível de 2,9% observado em 2014.

Tal como no ano anterior, a **Política Monetária** global evidenciou uma divergência, colocando a Reserva Federal de um lado e os principais Banco Centrais das economias desenvolvidas do outro. Genericamente, observou-se a manutenção da acomodação extrema a que se assistia anteriormente, com exceções para algumas Economias Emergentes, a braços com inflação e desvalorizações cambiais crescentes, e que optaram por medidas restritivas acentuadas. BCE e Banco do Japão implementaram medidas não ortodoxas adicionais e, no caso europeu, a Autoridade Monetária optou mesmo por conduzir as taxas de juro para níveis historicamente baixos – e para referenciais negativos no caso da absorção de excesso de liquidez. A tendência de queda do preço do Petróleo, que se observou em 2014, manteve-se e registou mesmo aceleração a partir de Setembro de 2015. A Arábia Saudita, líder de facto da OPEP, persistiu numa política de manutenção do nível de produção em face de excesso de oferta generalizado e a expectativa de intensificação da produção de países como o Irão, agravaram a evolução e fizeram regressar a expectativa de pressões desinflacionistas a nível global. A Inflação terá evoluído de forma descendente nas Economias Desenvolvidas – com referências aquém das metas – e de forma díspar nos Emergentes, ao sabor do jogo entre desvalorizações cambiais, por um lado, e queda de preços das *Commodities* e impacto na Procura, por outro, sobretudo nos que evidenciavam maiores desequilíbrios externos. Por esse motivo, em algumas Economias Emergentes, a necessidade de reagir a desvalorizações cambiais acrescidas e/ou forte aceleração da Inflação, conduziu a aumentos continuados de taxas de juro, de que o Brasil é o melhor exemplo.

1.2. Portugal

Durante 2015, a economia portuguesa evoluiu como resulta do quadro seguinte:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Consumo Privado	-2,3	2,1	-4,0	-5,4	-2,0	2,1	2,7
Consumo Público	4,7	0,9	-3,8	-4,8	-1,5	-0,3	0,1
Investimento	-13,3	-3,6	-13,9	-14,3	-8,4	2,5	4,8
Procura Interna	-3,3	0,8	-5,7	-6,9	-2,7	0,3	1,1
Exportações	-10,9	8,8	7,5	3,2	5,9	3,4	5,3
Importações	-10,0	5,4	-5,3	-6,6	2,7	6,4	7,3
PIB	-2,6	1,3	-1,7	-3,2	-1,5	0,9	1,6
B.Corrente + B.Capital (1)	-9,5	-8,9	-5,3	0,8	2,5	2,1	2,4
Balança Bens Serviços (1)	-6,8	-6,7	-3,3	0,1	1,7	1,1	1,6
IHPC	-0,9	1,6	3,6	2,8	0,5	-0,2	0,6

Fonte: Banco de Portugal – Taxas de variação em %; Boletim Económico Inverno Dez 2015; (1) em % do PIB;

Portugal registou em 2015 o segundo ano consecutivo de crescimento após uma recessão prolongada. Estima-se que a economia Portuguesa tenha crescido em torno de 1,6%, marginalmente acima da média observada desde a adesão ao Euro. Ainda assim, nestes dois anos de crescimento, Portugal terá apenas recuperado um terço do valor destruído na crise. O crescimento da atividade esteve suportado, de forma não totalmente antecipada mas efetivamente dando seguimento ao que se observava já em finais de 2014, na evolução da Procura Interna (sobretudo do Investimento) e, marginalmente, nos ganhos registados pela Procura Externa Líquida (excelente desempenho das Exportações). Ainda assim, o contributo desta rúbrica mostrou-se inferior ao do ano transato, pelo elevado impacto que o Investimento em Capital Circulante teve a nível das Importações. O Consumo Público contribuiu para o crescimento após 4 anos de contração. O crescimento económico foi mais vincado na primeira metade do ano, observando-se desaceleração no ritmo de atividade no 3º e 4º trimestres, a que não terá sido alheio o período de incerteza política entretanto vivido. A par desta evolução, o abrandamento da conjuntura internacional, evidente na evolução da China e EUA mas também em destinos como Angola e Brasil, terá afetado o contributo da Procura Externa Líquida para o crescimento. Do lado positivo, a redução substancial de preços nos *inputs* energéticos (importados) e a política monetária prosseguida pelo BCE, favoreceram a recuperação.

O esforço de consolidação de Contas Públicas persistiu ainda que de forma mais moderada – Portugal manteve-se sob análise da Comissão Europeia ao abrigo do Procedimento por Défices Excessivos. A indefinição política desde Setembro de 2015 terá gerado, receia-se, uma pausa no processo de consolidação. Estima-se que o défice orçamental tenha diminuído para 3,0% do PIB em 2015 (excluindo intervenções no sistema financeiro) com um aumento das receitas fiscais em torno de 5% e para um valor recorde. Contudo, o défice estrutural terá registado um aumento.

A economia manteve também o progresso estrutural a nível da Conta Corrente, apresentando um excedente que se estima superior a 0,6% do PIB. A diversificação dos mercados de exportação prosseguiu. As Necessidades Líquidas de Financiamento face ao Exterior registaram, pelo quarto ano consecutivo, um excedente equivalente a 1,4% do PIB. Resumidamente, crescimento num quadro de Equilíbrio Externo.

O Desemprego surpreendeu positivamente - seguiu tendência de decréscimo ao longo do ano (a taxa média durante o ano terá sido de 12,6%) para terminar em torno de 11,8%, o que compara com valores acima de 16% no pior momento da crise recente. A Inflação terá regressado a valores positivos mas baixos, em torno de 0,6%.

2. ATIVIDADE DO GRUPO CORTICEIRA AMORIM

2.1. Sumário da Atividade

O exercício de 2015 foi o melhor ano de sempre da CORTICEIRA AMORIM, tendo esta apresentada os melhores indicadores da sua já longa história.

Vendas, EBITDA e resultados consolidados registaram valores superiores a qualquer outro exercício, apresentando crescimentos de realçar.

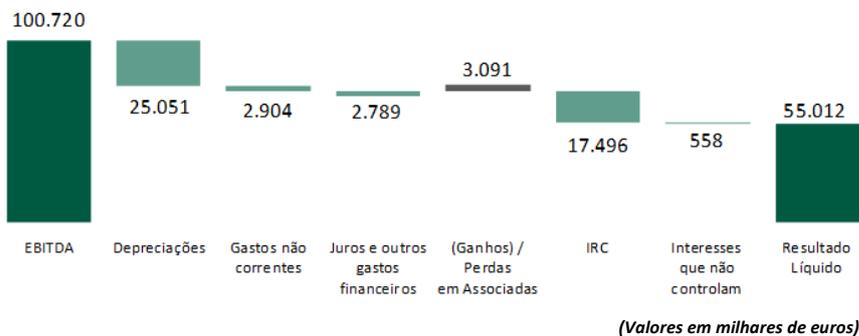
As vendas ultrapassaram pela primeira vez os 600 milhões de euros (M€). Atingiram os 604,8 M€, registando uma subida de 7,9% face aos 560,3 M€ de 2014.

O bom registo operacional permitiu que o EBITDA (resultados antes de depreciações, gastos financeiros, resultados de associadas e imposto sobre o rendimento) superasse pela primeira vez os 100 M€, registando um crescimento de 16,1% ao atingir os 100,7 M€.

Pela primeira vez o resultado líquido da CORTICEIRA AMORIM ultrapassou os 50 M€, chegando aos 55,012 M€, um aumento de 53,9% face a 2014.

2.2. Indicadores da Atividade

Apresenta-se, de seguida, os principais indicadores consolidados da CORTICEIRA AMORIM no exercício de 2015.



3. CONTA DE RESULTADOS

A estrutura de custos da Holding manteve-se bastante semelhante à do exercício anterior. O valor de gastos com pessoal e de fornecimentos e serviços externos atingiu os 1.769 mil euros (K€), que compara com o valor de 1.716 K€ de 2014.

Durante o exercício foram obtidos dividendos no valor de 40 milhões de euros das subsidiárias Amorim Natural Cork, SA e Amorim Revestimentos, SA. Em 2014, os dividendos recebidos montaram aos 46 milhões de euros, distribuídos pela subsidiária Amorim Natural Cork, SA.

Em termos de função financeira propriamente dita, há a registar uma descida significativa verificada nos juros suportados tendo estes atingido os 1,6 milhões de euros (2014: 3,9 milhões de euros). No sentido inverso, os juros obtidos por empréstimos às subsidiárias diminuíram para os 0,715 milhões de euros (2014: 1,098 milhões de euros). À semelhança do ocorrido em 2014, os juros obtidos de aplicações de tesouraria foram praticamente inexistentes. O ganho no justo valor dos *swap* de taxa de juro foi de 0,196 milhões de euros (2014: 0,587 milhões de euros).

Face a estes registos, o resultado antes de impostos apresentou, em 2015, um valor positivo de 36,983 milhões de euros (2014: 41,732 milhões de euros).

Após o registo do imposto sobre resultados, no total de 1,2 milhões de euros (2014: -0,71 milhões de euros), o resultado líquido foi de 38,183 milhões de euros (2014: 41,022 milhões de euros).

4. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

O total do ativo atingiu o valor de 334 milhões de euros, uma diminuição de cerca de 27 milhões de euros em relação ao fecho de 2014. A variação nos saldos com as empresas do Grupo, justificam na sua quase totalidade aquela variação.

O passivo teve uma diminuição de cerca de 48 milhões de euros, praticamente justificado pela diminuição da dívida bancária.

Para além do valor referente aos resultados do exercício, os Capitais Próprios foram afetados negativamente pela distribuição de 50,1 milhões de euros de dividendos, e positivamente pelo efeito da venda das ações próprias (32,9 milhões de euros). No final de Dezembro de 2015 o seu valor era de 252 milhões de euros (2014: 231 milhões de euros).

5. PERSPETIVAS FUTURAS

5.1. Economia Mundial

As perspetivas de crescimento económico mundial estão quantificadas no quadro seguinte:

	Em Jan 2016	
Mundo	3,4	A Economia Mundial deverá registar em 2016 um ritmo de crescimento superior ao observado em 2015, estimando-se que atinja 3,4%. Ainda assim, é significativo que o FMI tenha procedido a três revisões em baixa das previsões de crescimento para 2016 em menos de um ano, referindo o abrandamento e rebalanceamento na China, e a queda dos preços das <i>commodities</i> , como fatores relevantes. Antecipa-se que a recuperação seja mais gradual nas Economias em vias de Desenvolvimento. O Comércio Internacional deverá observar crescimento a taxas decrescentes; o valor dos fretes marítimos refletirá a menor procura mundial e também o excesso de oferta; o preço das <i>commodities</i> deverá manter queda expressiva e continuada, receia-se, e demorará a recuperar, penalizando os países-produtores, quase todos Economias Emergentes, e obrigando a ajustamentos significativos. O Brasil e a Rússia destacam-se pela evolução negativa prevista. Estima-se que o crescimento económico seja liderado, repetindo o perfil dos anos mais recentes, pelas Economias Desenvolvidas. O abrandamento da China, decorrente da alteração em curso de paradigma de crescimento (e dos inúmeros desafios que se colocam à condução deste processo), terá impacto significativo e será tanto mais evidente quanto mais dependentes forem as Economias com quem esta se relacione. Em face desta evolução, o mercado procura um motor alternativo de crescimento mundial e olha para os EUA. A perspetiva de subida de taxas de juro nos EUA domina a conjuntura a par com as pressões desinflationistas decorrentes do menor nível de atividade e da queda do preço das <i>commodities</i> , sobretudo do petróleo. Os riscos pendentes sobre a evolução mundial são significativos e passam ainda por tensões geopolíticas e instabilidade e aversão ao risco nos mercados financeiros. Nos EUA dominarão as eleições presidenciais a 8 Novembro, enquanto a nível Europeu, o debate sobre a permanência do RU na UE e os fluxos migratórios representam desafios.
Países Industrializados	2,1	
EUA	2,6	
Japão	1,0	
Zona Euro	1,7	
Alemanha	1,7	
França	1,3	
Itália	1,3	
Espanha	2,7	
Reino Unido	2,2	
Canadá	1,7	
Países em Desenvolvimento	4,3	
África Subsariana	4,0	
Ásia (Emergente)	6,3	
China	6,3	
Índia	7,5	
Médio Oriente & N. África	3,6	
Europa Central e Leste	3,1	
Rússia	-1,0	
Brasil	-3,5	
México	2,6	
Volume Comércio Int.	3,4	

Fonte:FMI, "World Economic Outlook – Jan 2016 Update", "World Economic Outlook " (Out 2015); Valores em percentagem year-on-year. Fonte:FMI, "World Economic Outlook – Jan 2016 Update", "World Economic Outlook " (Out 2015); Valores em percentagem year-on-year.

5.2. Portugal

São as seguintes as estimativas/previsões relativas à evolução da economia portuguesa (dados em %):

	Banco de Portugal			Comissão Europeia			OCDE		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
PIB	1,6	1,7	1,8	1,7	1,7	1,8	1,7	1,6	1,5
Cons. Privado	2,7	1,8	1,7	2,6	1,7	1,8	2,5	1,6	1,5
Cons. Público	0,1	0,3	0,1	0,5	0,3	0,4	0,5	0,5	0,4
Investimento	4,8	4,1	6,1	5,6	3,9	5,5	6,0	3,0	2,6
Procura Interna	2,4	1,8	2,1	2,6	1,8	2,1	2,7	1,6	1,5
Exportações	5,3	3,3	5,1	5,3	4,8	5,3	6,8	5,9	5,5
Importações	7,3	3,6	5,6	6,7	5,3	6,1	9,2	6,0	5,4
IHPC	0,6	1,1	1,6	0,5	1,1	1,3	0,5	0,7	1,0
Desemprego	---	---	---	12,6	11,7	10,8	12,3	11,3	10,6
Déf. Público (1)	---	---	---	-4,9	-3,0	-2,9	-3,0	-2,8	-2,6
C. Corrente (1) (2)	2,4	2,5	2,3	0,5	0,5	0,3	0,6	0,5	0,2
B. Bens Serv (1)(3)	1,6	1,7	1,3	-4,6	-4,6	-5,0	---	---	---

Fontes: B.Portugal, Bol. Económico Inverno, Dez 15; Comissão Europeia, Previsões Outono 2015 (Nov 2015); OCDE, *Economic Outlook No.96 Nov 2014*; (1) Em percentagem do PIB (2) No caso das previsões do B. Portugal, as referências dizem respeito ao saldo conjunto da Balança Corrente e Balança de Capital (endividamento externo).(3) A Comissão Europeia usa a designação *Merchandise trade balance (Goods only)*.

Em 2016, Portugal deverá registar crescimento económico em torno de 1,7%, marginalmente acima do ritmo apresentado no ano transato, mas em linha com o projetado para a Zona Euro. A economia enfrenta desafios crescentes, a começar pelo desempenho dos principais destinos das Exportações nacionais, como Espanha, e também junto de destinos que nos anos recentes assumiram maior preponderância, como Angola. As perspetivas positivas para a economia alemã poderão, estima-se, constituir um fator de compensação para Portugal. O impacto da intervenção na banca (Dezembro 2015) a nível das Contas Públicas e o impacto a nível da credibilidade externa (reversão de medidas) são aspetos a reter na ponderação do prémio de risco-país e no nível de atividade económica futura. Portugal não conseguirá ainda a saída do procedimento por défices excessivos. Por comparação com 2015, ainda assim, o crescimento deverá evidenciar um perfil menos desequilibrado, com a Procura Interna a contribuir positivamente, enquanto as Exportações Líquidas traduzirão um contributo nulo ou marginalmente positivo. O saldo da BTC deverá manter-se positivo, em torno de 0,5% do PIB, permitindo uma capacidade positiva de financiamento da economia. Ainda que não estejam disponíveis as metas orçamentais para 2016, as opções políticas tomadas pelo Governo assumem um perfil diverso, em termos de consolidação de Contas Públicas e rácios de dívida/PIB, do que anteriormente ponderado. Contrariamente aos anos mais recentes, estima-se que o Consumo Público cresça, o défice orçamental se reduza de forma mais moderada e a dívida pública evidencie resiliência em descer. Após um avanço inesperado e significativo em 2015, sobretudo no 1º semestre, o Investimento deverá observar crescimento mas a taxas inferiores, refletindo a diminuição da Procura Externa e a estabilização da capacidade utilizada em níveis próximos da média histórica. A Inflação deverá registar uma evolução na ordem de 1,0%, ainda que se estime que a queda continuada do preço dos fatores energéticos e a moderação do crescimento da atividade possam traduzir-se em pressões descendentes sobre os preços. O Desemprego deverá seguir tendência moderada de diminuição ao longo do período.

5.3. Resultados

Estando previsto a distribuição de dividendos significativos de participadas, que mais que compensarão os custos de estrutura e o saldo de financiamento, prevê-se que o exercício de 2016 termine com um resultado positivo.

6. VALORES MOBILIÁRIOS PRÓPRIOS

No exercício em apreço, a CORTICEIRA AMORIM alienou a totalidade das ações próprias, correspondentes a 5,563% do capital social.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta o resultado líquido, apurado segundo as contas sociais no final do exercício de 2015, positivo no valor de € 38.182.985,95 (trinta e oito milhões, cento e oitenta e dois mil, novecentos e oitenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos), o Conselho de Administração da Corticeira Amorim propõe que os Senhores Acionistas deliberem:

Aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de € 38.182.985,95 (trinta e oito milhões, cento e oitenta e dois mil, novecentos e oitenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- Para Reserva Legal: € 1.909.149,30 (um milhão, novecentos e nove mil, cento e quarenta e nove euros e trinta cêntimos);
- Para Dividendos: € 21.280.000,00 (vinte e um milhões, duzentos e oitenta mil euros), correspondente a um valor de € 0,16 (dezasseis cêntimos) por ação;
- Para Reservas Livres: € 14.993.836,65 (catorze milhões, novecentos e noventa e três mil, oitocentos e trinta e seis euros e sessenta e cinco cêntimos).

8. EVENTOS SUBSEQUENTES

Posteriormente a 31 de dezembro de 2015 e até à data do presente relatório, não ocorreram outros factos relevantes que venham a afectar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da CORTICEIRA AMORIM e do conjunto das empresas filiais incluídas na consolidação.

9. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo o referido relatório um capítulo especial onde se expõem os principais riscos e incertezas do negócio.

10. FECHO DO RELATÓRIO

O Conselho de Administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

- aos Acionistas e Investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;
- às Instituições de Crédito, pela importante colaboração prestada;
- ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelo rigor e qualidade da sua atuação.

A todos os Colaboradores, cuja disponibilidade e empenho tanto têm contribuído para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela CORTICEIRA AMORIM, aqui lhes manifestamos o nosso sentido apreço.

Mozelos, 11 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

António Rios de Amorim
Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vice-Presidente

Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal

Luísa Alexandra Ramos Amorim
Vogal

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal

Juan Ginesta Viñas
Vogal

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

1 – CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DO EMITENTE, CALCULADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

O capital social da CORTICEIRA AMORIM cifra-se em 133 milhões de euros, representado por 133 milhões de ações ordinárias de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos.

Estão admitidas à negociação na NYSE Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. a totalidade das ações emitidas pela Sociedade.

Distribuição do capital pelos acionistas:

Acionista	Ações Detidas (quantidade)	Participação (%)	Direitos de Voto (%)
Participações Qualificadas:			
Amorim Capital, S.G.P.S., S.A.	67.830.000	51,000%	51,000%
Investmark Holdings, B.V.	24.975.157	18,778%	18,778%
Amorim International Participations, B.V.	20.064.387	15,086%	15,086%
<i>Freefloat</i>	20.130.456	15,136%	15,136%
Total	133.000.000	100,000%	100,000%

Nos quadros seguintes encontra-se a identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245º-A, nº 1, als. c) e d) e art. 16º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis e da fonte e causa de imputação.

9

Acionista	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Amorim Capital SGPS, S.A.		
Diretamente	67 830 000	51,000%
Total imputável	67 830 000	51,000%

Acionista	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.		
Diretamente	-	-
Através da Amorim Capital SGPS, S.A., que domina a 100%	67 830 000	51,000%
Total imputável	67 830 000	51,000%

Acionista Interfamília II, SGPS, S.A. (a)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da sociedade Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A., que domina a 100%	67 830 000	51,000%
Total imputável	67 830 000	51,000%

(a) O capital da Interfamília II é integralmente detido por três sociedades (Amorim Holding Financeira, SGPS, S.A. (5,63%), Amorim Holding II, SGPS, S.A. (44,37%) e Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (50%)) sem que nenhuma delas tenha participação de domínio na sociedade, sendo o capital das referidas três sociedades por seu turno, detido, respetivamente, no caso das duas primeiras, pelo Senhor Américo Ferreira de Amorim, mulher e filhas e no caso da terceira, pelo senhor António Ferreira de Amorim, mulher e filhos. Tanto quanto é do conhecimento da Sociedade, não existem acordos entre as referidas sociedades para efeitos do exercício concertado dos direitos de voto na Interfamília II, SGPS, S.A.

Acionista Investmark Holding BV	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	24 975 157	18,778%
Total imputável	24 975 157	18,778%

Acionista Warranties, SGPS, S.A.	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da Investmark Holding BV, que domina a 100%	24 975 157	18,778%
Total imputável	24 975 157	18,778%

Acionista Américo Ferreira de Amorim	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da acionista Warranties, SGPS, SA, que domina a 70%.	24 975 157	18,778%
Total imputável	24 975 157	18,778%

Acionista Amorim International Participations, BV	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	20 064 387	15,086%
Total imputável	20 064 387	15,086%

Acionista	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (b)		
Diretamente	-	-
Através da Amorim International Participations BV, que domina a 100%	20 064 387	15.086%
Total imputável	20 064 387	15,086%

(b) O capital da Amorim, Sociedade gestora de Participações sociais, S.A. é detido pelo Senhor António Ferreira de Amorim, mulher e filhos, não detendo qualquer deles uma participação de domínio da sociedade.

2 – INFORMAÇÃO PREVISTA NOS ARTIGOS 447.º e 448.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

2.1 - Ações CORTICEIRA AMORIM detidas e/ou transacionadas diretamente pelos membros dos órgãos sociais da Sociedade

Durante o exercício de 2015, os membros dos órgãos sociais não transacionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade. A 31 de dezembro de 2015, não detinham ações da Corticeira Amorim.

2.2 - Ações CORTICEIRA AMORIM detidas e/ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou fiscalização

- i) A sociedade Amorim Capital, SGPS, S.A. na qual António Rios de Amorim, Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, exerce o cargo de Vogal do Conselho de Administração, não transacionou ações da Corticeira Amorim, detendo no final do exercício 67.830.000 ações, representativas de 51% do capital social, às quais correspondem 51% dos direitos de voto;
- ii) A sociedade Amorim International Participations, BV, na qual Cristina Rios de Amorim Baptista, Vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, exerce o cargo de *Diretor*, não transacionou ações da Corticeira Amorim, detendo no final do exercício 20.064.387 ações, representativas de 15,086% do capital social, às quais correspondem 15,086% dos direitos de voto;
- iii) A titularidade referida nos pontos i) e ii) registava-se a 31 de dezembro de 2015, mantendo-se inalterada à data da emissão deste relatório.

1.3 - Relação dos Acionistas titulares de mais de um décimo do capital social da empresa

- i) A sociedade Amorim Capital, SGPS, S.A. era detentora de 67.830.000 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 51% do capital social e a 51% dos direitos de voto;
- ii) A sociedade Investmark Holdings, B.V. era detentora de 24.975.157 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 18,778% do capital social e a 18,778% dos direitos de voto;
- iii) A sociedade Amorim International Participations, B.V. era detentora de 20.064.387 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 15,086% do capital social e a 15,086% dos direitos de voto.

- iv) A titularidade referida nos pontos i), ii), e iii) registava-se a 31 de dezembro de 2015, mantendo-se inalterada à data da emissão deste relatório.

3 – TRANSAÇÕES DE DIRIGENTES

Em cumprimento do disposto nos números 6 e 7 do artigo 14.º do Regulamento CMVM n.º 5/2008 e conforme comunicações recebidas das pessoas/entidades abrangidas por esta norma, informa-se que no ano de 2015, não foram realizadas transações de ações da CORTICEIRA AMORIM pelos seus Dirigentes.

Não houve transação de instrumentos financeiros com ela relacionados com a Corticeira Amorim, quer pelos seus Dirigentes, quer pelas sociedades que dominam a CORTICEIRA AMORIM, quer pelas pessoas estritamente relacionadas com aqueles.

Mozelos, 11 de fevereiro de 2016

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

António Rios de Amorim
Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vice-Presidente

Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal

Luísa Alexandra Ramos Amorim
Vogal

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal

Juan Ginesta Viñas
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(Valores expressos em milhares de euros)	Notas	31 dez. 2015	31 dez. 2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	79	0
Investimentos em subsidiárias	5	246.749	292.493
Outros ativos financeiros		47	47
Empresas do grupo	6	57.675	40.500
Impostos diferidos		-	317
		304.550	333.357
Ativo corrente			
Empresas do grupo	6	28.719	27.662
Imposto sobre o rendimento	8	608	-
Outras contas a receber	9	21	89
Gastos a reconhecer		21	15
Caixa e depósitos bancários	10	8	5
		29.377	27.771
Total do Ativo		333.927	361.128
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social		133.000	133.000
Ações próprias		-	- 7.197
Prémios de emissão		38.893	38.893
Reservas legais		14.294	12.243
Outras reservas		23.373	13.895
Excedentes de revalorização		4.052	4.052
Resultados transitados		-	-5.054
Outras variações no capital próprio		339	339
	11	213.951	190.171
Resultado líquido do período		38.183	41.022
Total do capital próprio		252.134	231.193
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	13	12.757	12.396
Dívida remunerada	14	35.000	19.929
		47.757	32.325
Passivo corrente			
Fornecedores		37	60
Empresas do grupo	6	744	527
Dívida remunerada	14	32.622	94.266
Imposto sobre o rendimento	8	30	772
Outras contas a pagar	15	592	1.778
Outros passivos financeiros	16	11	207
		34.036	97.610
Total do passivo		81.793	129.935
Total do capital próprio e do passivo		333.927	361.128

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de euros)	Notas	2015	2014
RENDIMENTOS E GASTOS			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	18	40.197	46.242
Fornecimentos e serviços externos	19	-559	-578
Gastos com o pessoal	20	-1.210	-1.138
Outros rendimentos e ganhos		30	6
Outros gastos e perdas	22	-120	-271
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		38.338	44.261
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-5	-
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		38.333	44.261
Rendimentos financeiros	23	927	1.686
Gastos financeiros	23	-2.277	-4.215
Resultados antes de impostos		36.983	41.732
Imposto sobre os resultados	24	1.200	-710
Resultado líquido		38.183	41.022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de euros)	2015	2014
Resultado líquido do período	38.183	41.022
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados</i>		
Ganho na venda das ações próprias	25.729	0
Outros rendimentos integrais do período	25.729	0
Rendimentos integrais totais do período	63.912	41.022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Valores expressos em milhares de euros.

Ano de 2014	Saldo inicial	Afetação do resultado de 2013	Distribuição de dividendos	Resultado de 2014	Transfe-rências	Saldo final
Capital social	133.000	-	-	-	-	133.000
Ações próprias – valor nominal	-7.399	-	-	-	-	-7.399
Ações próprias – prémios e descontos	202	-	-	-	-	202
Prémios de emissão de ações	38.893	-	-	-	-	38.893
Reservas de reavaliação	4.052	-	-	-	-	4.052
Reservas legais	12.243	-	-	-	-	12.243
Reservas livres	30.901	-	-23.864	-	-339	6.698
Reserva indisponível (Art.º 324 C.S.C.)	7.197	-	-	-	-	7.197
Resultados transitados	-2.591	-2.463	-	-	-	-5.054
Outras variações no capital próprio	-	-	-	-	339	339
Resultado líquido	-2.463	2.463	-	41.022	-	41.022
Total do Capital Próprio	214.035	0	-23.864	41.022	0	231.193

Ano de 2015	Saldo inicial	Afetação do resultado de 2014	Distribuição de dividendos	Resultado líquido de 2015	Alienação de ações próprias	Saldo final
Capital social	133.000	-	-	-	-	133.000
Ações próprias – valor nominal	-7.399	-	-	-	7.399	-
Ações próprias – prémios e descontos	202	-	-	-	-202	-
Prémios de emissão de ações	38.893	-	-	-	-	38.893
Reservas de reavaliação	4.052	-	-	-	-	4.052
Reservas legais	12.243	2.051	-	-	-	14.294
Reservas livres	6.698	15.297	-5.819	-	7.197	23.373
Reserva indisponível (Art.º 324 C.S.C.)	7.197	-	-	-	-7.197	-
Resultados transitados	-5.054	23.674	-18.620	-	-	-
Outras variações no capital próprio	339	-	-25.729	-	25.729	339
Resultado líquido	41.022	-41.022	-	38.183	-	38.183
Total do Capital Próprio	231.193	0	-50.168	38.183	32.926	252.134

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Valores expressos em milhares de euros)	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Pagamentos a fornecedores	-558	-572
Pagamentos ao pessoal	-999	-912
Fluxo gerado pelas operações	-1.557	-1.484
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	1.289	1.179
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	-311	-508
Fluxos das atividades operacionais	-579	-813
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	128.919	98.580
Ativos fixos tangíveis	11	-
Juros e rendimentos similares	598	2.476
Dividendos	36.924	46.242
	166.452	147.298
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-98.485	-162.160
Ativos fixos tangíveis	-84	-
	-98.569	-162.160
Fluxos das atividades de investimento	67.883	-14.862
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	92.597	175.303
Venda de ações próprias	32.927	-
	125.524	175.303
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-138.872	-132.946
Juros e gastos similares	-3.557	-2.933
Dividendos	-50.165	-23.862
	-192.594	-159.741
Fluxos das atividades de financiamento	-67.070	15.562
Variação de caixa e seus equivalentes	234	-113
Caixa e seus equivalentes no início do período	-231	-118
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3	-231

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

NOTAS ÀS CONTAS INDIVIDUAIS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. INTRODUÇÃO

A Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. (adiante designada apenas por CORTICEIRA AMORIM, designação que poderá também abranger o conjunto da Corticeira Amorim SGPS e suas participadas) resultou da transformação da Corticeira Amorim, S.A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objecto social é gestão das participações do Grupo Amorim no setor da cortiça.

As empresas participadas direta e indiretamente pela Corticeira Amorim têm como atividade principal a fabricação, comercialização e distribuição de todos os produtos de cortiça.

O grupo Corticeira Amorim, do qual a Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. é a empresa mãe, não detém direta ou indiretamente interesses em propriedades onde se faça o cultivo e exploração do sobreiro, árvore fornecedora da cortiça que é a principal matéria-prima usada nas suas unidades transformadoras. A aquisição da cortiça faz-se num mercado aberto, onde interagem múltiplos agentes, tanto do lado da procura como da oferta.

A atividade do grupo Corticeira Amorim estende-se desde a aquisição e preparação da cortiça, até à sua transformação num vasto leque de produtos derivados de cortiça. Abrange também a comercialização e distribuição, através de uma rede própria presente em todos os grandes mercados mundiais.

A Corticeira Amorim é uma empresa portuguesa com sede em Mozelos, Santa Maria da Feira, com as ações representativas do seu capital social, de 133 milhões de euros, admitidas à negociação na NYSE Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

A sociedade Amorim Capital, S.G.P.S., S.A. era detentora, à data de 31 de dezembro de 2015, de 67.830.000 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 51,00% do capital social (tal como a 31 de dezembro 2014). A Amorim Capital, S.G.P.S., S.A. é detida a 100% pela Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. e esta, por sua vez, é detida a 100% pela Interfamília II, S.G.P.S., S.A..

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas em Conselho de Administração do dia 11 de fevereiro de 2016.

Exceto quando mencionado outra unidade, os valores numéricos referidos nestas notas são apresentados em milhares de euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotado na União Europeia, em vigor no final de 2015.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros, que são registados de acordo com a IAS 39.

1. Impacto de adoção de normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2015:

Normas

- a) **Melhorias às normas 2011 - 2013.** Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. A adoção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

Interpretações

- a) **IFRIC 21** (nova), ‘Taxas’. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. A adoção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

2. Normas e alterações a normas existentes publicadas mas cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015 e que a Corticeira Amorim decidiu não adotar antecipadamente:

Normas

- a) **Melhorias às normas 2010 – 2012**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. Não se estimam impactos significativos decorrentes da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.
- b) **IAS 19** (alteração), ‘Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. Não se estimam impactos decorrentes da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
- c) **IAS 1** (alteração), ‘Revisão às divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Não se estimam impactos significativos decorrentes da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
- d) **IAS 16 e IAS 38** (alteração), ‘Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/amortizações de ativos com base no réditto obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Não se estimam impactos decorrentes da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
- e) **IAS 16 e IAS 41** (alteração), ‘Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o conseqüente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Não se estimam impactos decorrentes da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
- f) **IAS 27** (alteração), ‘Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Não é intenção da Entidade adotar esta permissão.
- g) **Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28**, ‘Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao

processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma “Entidade de Investimento” se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade que não é uma entidade de investimento mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma “Entidade de investimento”. A adoção futura destas alterações não terá impacto nas demonstrações financeiras da Entidade, por não se tratar de uma Entidade de investimento.

- h) **IFRS 11** (alteração), ‘Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Não se estimam impactos decorrentes da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.
- i) **Melhorias às normas 2012 - 2014**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Não se estimam impactos significativos decorrentes da adoção futura destas melhorias nas demonstrações financeiras da Entidade.
- j) **IFRS 9** (nova), ‘Instrumentos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se estimam impactos significativos decorrentes da adoção futura desta norma nas demonstrações financeiras da Entidade.
- k) **IFRS 15** (nova), ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. Não se estimam impactos decorrentes da adoção futura desta norma nas demonstrações financeiras da Entidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas usadas na preparação das demonstrações financeiras individuais foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações e de que se apresenta em seguida um resumo.

- *Investimentos em subsidiárias e associadas*

Consideram-se subsidiárias, todas as entidades sobre as quais a CORTICEIRA AMORIM tem controlo. A CORTICEIRA AMORIM controla quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades da entidade.

Na aquisição de subsidiárias é seguido o método de compra. O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos dados em troca, dos passivos assumidos e dos interesses de capital próprio emitidos para o efeito. Os custos de transação incorridos são contabilizados como gastos nos períodos em que os custos são incorridos e os serviços são recebidos, com exceção dos custos da emissão de valores mobiliários representativos de dívida ou de capital próprio, que devem ser reconhecidos em conformidade com a IAS 32 e a IAS 39. Os ativos identificáveis adquiridos e os

passivos assumidos na aquisição serão mensurados inicialmente pelo justo valor à data de aquisição. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da CORTICEIRA AMORIM nos ativos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro na subsidiária.

Consideram-se associadas, todas as entidades sobre as quais a CORTICEIRA AMORIM exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são, inicialmente, valorizados ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. Subsequentemente, as participações financeiras são mensuradas ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade, se existentes, sendo o respetivo ajuste considerado uma perda do exercício.

Os dividendos recebidos de subsidiárias e associadas são registados como rendimento do exercício quando deliberados pela Assembleia Geral.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são avaliados em cada exercício quanto a possíveis indícios de imparidade.

- *Imparidade de ativos não financeiros*

Os ativos são avaliados para efeitos de imparidade sempre que um acontecimento ou alteração de circunstâncias indicie que o seu valor possa não ser recuperável. São reconhecidas perdas de imparidade pela diferença entre o valor contabilístico e o valor recuperável. O valor recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor menos custos de venda e o valor de uso do ativo. Os ativos não financeiros relativamente aos quais tenham sido reconhecidas perdas de imparidade são revistos a cada data de reporte para reversão dessas perdas.

- *Conversão cambial*

As demonstrações financeiras são apresentadas em moeda funcional de apresentação de contas da CORTICEIRA AMORIM, o Euro.

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos nos resultados do exercício.

- *Clientes e outras contas a receber*

As dívidas de clientes e outras a receber são inicialmente mensuradas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, ajustadas por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas na conta de resultados no exercício em que se verifiquem.

Os valores a médio e longo prazo são atualizados usando uma taxa de desconto semelhante à taxa de juro de financiamento do devedor para períodos semelhantes.

As dívidas de clientes e outras contas a receber são desreconhecidas quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

- *Caixa e equivalentes a caixa*

O montante incluído em “Caixa e depósitos bancários” é composto pelos valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a três meses, para os quais os riscos de alteração de

valor não é significativo. Na Demonstração de Fluxos de Caixa, o valor de “Caixa e equivalentes a caixa” inclui ainda os valores a descoberto de contas de depósitos bancários que estão incluídos no passivo corrente em “Financiamentos obtidos”.

- *Fornecedores e Outras Contas a Pagar*

As dívidas a fornecedores e relativas a outros credores diversos são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. São classificadas como passivo corrente exceto se a CORTICEIRA AMORIM tiver o direito incondicional de diferir o seu pagamento por mais de um ano após a data de reporte.

Os passivos são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

- *Dívida Remunerada*

Inclui o valor dos empréstimos onerosos obtidos. Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os juros e outros encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto à medida que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

- *Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento*

O imposto sobre o rendimento do exercício compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente é determinado com base no resultado líquido contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal.

A Sociedade é tributada pelo regime especial de determinação da matéria coletável (RETGS) em relação às sociedades do grupo em que a CORTICEIRA AMORIM é dominante, consignado pelo artigo 69.º do código do IRC.

O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa filial, com base na sua situação fiscal individual, e imputado à CORTICEIRA AMORIM (empresa dominante do grupo do RETGS).

O cálculo da estimativa para impostos é efetuado com base na matéria colectável consolidada das seguintes empresas (incluídas no RETGS):

- Corticeira Amorim, SGPS, SA
- Amorim Compcork, Lda.
- Amorim Cork Research, Lda.
- Amorim Cork Services, Lda.
- Amorim Cork Composites, SA
- Amorim Cork Ventures, Lda.
- Amorim Florestal, SA
- Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, SA
- Amorim Irmãos, SA
- Amorim Irmãos, SGPS, SA
- Amorim Isolamentos, SA
- Amorim Natural Cork, SA
- Amorim Revestimentos, SA
- Equipar – Participações Integradas, S.G.P.S., Lda.
- Portocork Internacional, SA
- Sociedade Portuguesa de Aglomerados de Cortiça, Lda.

Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos da consolidação fiscal, são da responsabilidade da empresa consolidante.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização. No final de cada exercício é efetuada uma reapreciação dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data de transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

- *Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes*

São reconhecidas provisões quando a CORTICEIRA AMORIM tem uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante seja estimado com fiabilidade.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. São reconhecidas provisões para reestruturação sempre que para essa reestruturação haja um plano detalhado e tenha havido comunicação às partes envolvidas.

Quando existe uma obrigação presente, resultante de um evento passado, mas da qual não é provável que resulte uma saída de recursos, ou esta não pode ser estimada com fiabilidade, essa situação é tratada como um passivo contingente, o qual é divulgado nas demonstrações financeiras, exceto se considerada remota a possibilidade de saída de recursos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiros, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

- *Locação*

Sempre que um contrato indicie a transferência substancial dos riscos e dos benefícios inerentes ao bem em causa para a CORTICEIRA AMORIM, a locação será classificada como financeira. Todas as outras locações são consideradas como operacionais, sendo os respetivos pagamentos registados como custos do exercício.

- *Instrumentos financeiros derivados*

A Corticeira Amorim utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de câmbio à vista e a prazo, opções e *swaps*, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A CORTICEIRA AMORIM não utiliza

instrumentos financeiros para especulação. A empresa adota a contabilização de acordo com contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) respeitando integralmente o disposto nos normativos respetivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pelo departamento de tesouraria central (Sala de Mercados), obedecendo a normas aprovadas pela respetiva administração. Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço ao seu justo valor.

No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

Cobertura de Justo Valor

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas pertencerem a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de remensurar o instrumento de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados, juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

Cobertura de Fluxos de Caixa

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas pertencerem a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidas no capital próprio, sendo transferidos para resultados no período em que o respetivo item coberto afeta resultados; a parte ineficaz será reconhecida diretamente nos resultados.

• *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a mesma data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

• *Capital Próprio*

As ações ordinárias são classificadas como capital próprio.

Sempre que são adquiridas ações da CORTICEIRA AMORIM, os montantes pagos pela aquisição são reconhecidos em capital próprio a deduzir ao seu valor, numa linha de “Ações Próprias”.

• *Estimativas e Pressupostos Críticos*

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito a CORTICEIRA AMORIM faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados foram confirmados no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

A estimativa mais relevante nas presentes demonstrações financeiras refere-se às provisões constituídas para processos e outras contingências fiscais, as quais têm por base a melhor estimativa da gestão das perdas que poderão existir no futuro associadas a esses processos.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A atividade da CORTICEIRA AMORIM está exposta a vários riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de liquidez e risco de capital.

- *Risco de mercado*

A exposição da CORTICEIRA AMORIM ao risco de mercado traduz-se na sua exposição ao risco de taxa de juro.

A 31 de dezembro de 2014 os financiamentos da CORTICEIRA AMORIM venciam juros a taxa variável. A 31 de dezembro de 2015 do total da dívida remunerada, 25 ME venciam juros a taxa fixa. O risco de taxa de juro resulta, essencialmente, dos empréstimos obtidos não correntes a taxa variável, os quais representavam no final de exercício cerca de 15% do total dos financiamentos obtidos (2014: 17%). Nos exercícios de 2010 e 2013, a CORTICEIRA AMORIM contratou *swaps* de taxa de juro com o objetivo de realização de cobertura económica do risco de taxa de juro, mas que contabilisticamente foram tratados como derivados de negociação. A operação contratada em 2010 venceu-se durante o exercício de 2015. À data de 31 de Dezembro de 2015, por cada 0,1% de variação nas taxas de juro de empréstimos denominadas em euros, o efeito no resultado líquido da CORTICEIRA AMORIM seria cerca de 68 KE (114 KE em 2014).

- *Risco de Liquidez*

O departamento de tesouraria da CORTICEIRA AMORIM analisa regularmente os *cash flows* previsionais de modo a assegurar que existe liquidez suficiente para o grupo satisfazer as suas necessidades operacionais e, em simultâneo, dar cumprimento às obrigações associadas às varias linhas de financiamento. Os excedentes de liquidez são investidos em depósitos remunerados de curto prazo. Os *cash flows* não descontados estimados pela maturidade contratual, para os passivos financeiros (derivados e não derivados) em aberto à data de relato financeiro são apresentados abaixo:

	Até 1 ano	A mais de 1 e até 2 anos	A mais de 2 e até 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Dívida remunerada	94.266	19.929	-	-	114.195
Fornecedores	60	-	-	-	60
Empresas do grupo	527	-	-	-	527
Outras contas a pagar	1.778	-	-	-	1.778
Outros passivos financeiros	207	-	-	-	207
Total a 31 de dezembro de 2014	93.838	19.929	-	-	116.767

	Até 1 ano	A mais de 1 e até 2 anos	A mais de 2 e até 4 anos	A mais de 4 anos	Total
Dívida remunerada	32.622	-	5.000	30.000	67.622
Fornecedores	38	-	-	-	38
Empresas do grupo	744	-	-	-	744
Outras contas a pagar	592	-	-	-	592
Outros passivos financeiros	11	-	-	-	11
Total a 31 de dezembro de 2015	34.007	-	5.000	30.000	69.007

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, é feita, no essencial, pela existência de um conjunto de linhas de crédito imediatamente disponíveis. Estas facilidades asseguram à CORTICEIRA AMORIM uma capacidade de liquidar posições num prazo bastante curto, permitindo a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

- *Risco de capital*

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos Acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *Stakeholders* da CORTICEIRA AMORIM. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos Acionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por ajustar o *pay-out* relativo aos dividendos a distribuir, transacionar ações próprias, aumentar o capital social por emissão de ações e venda de ativos entre outras medidas.

O indicador utilizado para monitorar a estrutura de capitais é o rácio de Autonomia Financeira. A Administração tem considerado 40% como sendo o valor indicativo de uma estrutura ótima, atendendo às características da Empresa e do setor económico em que se enquadra. Considera ainda que, conforme as condições objetivas da conjuntura económica em geral e do setor em particular, aquele rácio, para o conjunto das empresas do Grupo, não deverá desviar-se significativamente do intervalo 40%-50%. No entanto, em termos de contas individuais, este rácio apresentou valores mais elevados, conforme segue:

	2015	2014
Capital Próprio a 31 de dezembro	252.134	231.193
Ativo a 31 de dezembro	333.927	361.128
Autonomia Financeira	75,5%	64,0%

Justo valor de ativos e passivos financeiros

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor nas Demonstrações Financeiras da CORTICEIRA AMORIM eram exclusivamente instrumentos financeiros derivados. Os derivados usados pela CORTICEIRA AMORIM, não sendo transacionados em mercado, não têm cotação (derivados negociados “*over the counter*”).

De acordo com o normativo contabilístico, é estabelecida uma hierarquia de justo valor que classifica em três níveis os dados das técnicas de mensuração pelo justo valor de ativos e passivos financeiros:

Dados de nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Dados de nível 2 - dados distintos de preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

Dados de nível 3 - dados não observáveis relativamente ao ativo ou passivo.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados era, à data de 31 de dezembro de 2015, de 11 mil euros no passivo (207 mil euros em 31 de dezembro de 2014), conforme nota 16, sendo exclusivamente composto por contratos de *swap* de taxa de juro, negociados *over the counter*.

A CORTICEIRA AMORIM contratou dois *swaps* para cobertura económica de risco de taxa de juro, os quais são tratados contabilisticamente como derivados de negociação e cuja avaliação é feita por entidades financeiras externas. Na avaliação de um desses *swaps*, cujo justo valor a 31 de dezembro de 2015 é -11 milhares de euros (-124 milhares de euros a 31 de dezembro de 2014) a avaliação é realizada com recurso a técnicas de valorização que usa *inputs* observáveis indiretamente no mercado (Nível 2). No outro, que teve maturidade em 2015 e com justo valor a 31 de dezembro de 2014 de -83 milhares de euros, é utilizada uma metodologia proprietária a qual utiliza entre outros *inputs* um índice proprietário (Nível 3).

5. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

	31 dez. 2015	31 dez. 2014
Saldo inicial	292.493	195.443
Aumentos	56	97.050
Diminuições	45.800	-
Saldo final	246.749	292.493

Em 2015, os aumentos referem-se à compra de 1% de participação na Amorim Natural Cork, SA, e as diminuições ao reembolso de prestações acessórias: 31.800 pela Amorim & Irmãos, SGPS, SA e 14.000 pela Amorim Natural Cork, SA.

Em 2014, os aumentos referem-se a 97 milhões de euros de prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares, efetuadas à Amorim & Irmãos, SGPS, SA e à subscrição de uma quota de 49,5 mil euros na constituição da sociedade Amorim Cork Ventures, Lda, correspondente a 99% do capital social dessa sociedade.

Indicam-se, abaixo, as participações da Empresa em subsidiárias, nenhuma delas cotada em bolsa, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Empresas	Sede	31 dez. 2015			31 dez. 2014		
		Valor	% de Participação	Capital Próprio	Valor	% de Participação	Capital Próprio
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	S. M ^a . Lamas	6.344	100%	210.828	6.344	100%	216.138
Amorim Brasil – C.I.I.E.A.C., Lda	Brasil	0	99,00%	0	0	99,00%	0
Amorim Cork Composites, SA	Mozelos	40.076	100%	108.697	40.076	100%	103.209
Amorim Cork Research, Lda	Mozelos	430	100%	2.122	430	100%	-276
Amorim Cork Ventures, Lda	Mozelos	50	99%	13	50	99%	48
Amorim Natural Cork, SA	Mozelos	50.056	100%	76.761	50.000	99,90%	107.112
Amorim Revestimentos, SA	S.P.Oleiros	40.000	72,73%	72.765	40.000	72,73%	73.735
General Inv. & Participa. Ginpar, SA	Marrocos	204	99,76%	59	204	99,76%	58
		137.160			137.104		

27

Os valores apresentados correspondem ao custo de aquisição das participadas, excepto nos casos em que tenham sido registadas perdas por imparidade, que se apresentam no quadro abaixo (valores em 31 de dezembro de 2015 e de 2014).

	Custo de Aquisição	Prestações Suplementares	Imparidade	Valor Líquido
Amorim Brasil – C.I.I.E.A.C., Lda	40	904	944	0

A rubrica 'Investimentos em subsidiárias' inclui ainda prestações suplementares à Amorim Cork Research, Lda e prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares à Amorim Cork Composites, SA, à Amorim & Irmãos, SGPS, SA e à Amorim Natural Cork, SA, conforme segue:

	31 dez. 2015	31 dez. 2014
Amorim Cork Composites, SA	44.050	44.050
Amorim Cork Research, Lda	339	339
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	65.200	97.000
Amorim Natural Cork, SA	-	14.000
	109.589	155.389

6. EMPRESAS DO GRUPO

i) Ativo não corrente

Refere-se aos suprimentos concedidos a subsidiárias, no montante global de 57.675 milhares de euros, em 2015 e 40.500 mil euros, em 2014. O detalhe destes suprimentos, por empresa, encontra-se na nota 25.

ii) Ativo corrente

	31 dez. 2015	31 dez. 2014
Dívidas a receber de filiais:		
- Dividendos atribuídos	3.273	-
- Relativas a empréstimos concedidos	12.930	14.795
- Relativas a juros de empréstimos	195	-
- Relativas a impostos do R.E.T.G.S.	12.321	12.867
	28.719	27.662

iii) Passivo corrente

	31 dez. 2015	31 dez. 2014
Dívidas a pagar a filiais		
- Relativas a impostos do R.E.T.G.S	744	527

Todos os empréstimos concedidos a subsidiárias e obtidos de subsidiárias vencem juros à taxa de mercado, com exceção de parte dos suprimentos concedidos à Amorim Cork Composites, SA, no montante de 40.500 mil euros.

As dívidas a receber e a pagar relativas a impostos do R.E.T.G.S. (Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades), referem-se à estimativa do imposto apurado por cada uma das empresas do perímetro do regime, tal como referido na Nota 3, na parte que trata "Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento". O detalhe do valor por empresa dessas dívidas encontra-se na nota 25.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Saldo líquido inicial	Adições	Amortizações	Saldo líquido final
Equipamento de transporte	0	84	5	79

8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

i) Activo corrente

O imposto sobre o rendimento refere-se ao IRC do exercício de 2015, estimado receber do Estado e apurado no âmbito do R.E.T.G.S..

ii) **Passivo corrente**

Imposto a pagar ao Estado	31 dez. 2015	31 dez. 2014
IRC do exercício de 2013	30	-
IRC do exercício de 2014 (estimativa do R.E.T.G.S.)	-	772
	30	772

O imposto (IRC) do exercício de 2013 refere-se a parte do valor da Nota de Liquidação de IRC emitida pela Autoridade Tributária da qual a Empresa reconheceu a exigibilidade e vence para pagamento no dia 11 de Março de 2016.

As estimativas do IRC do R.E.T.G.S. dos exercícios de 2015 e 2014, resumem-se ao seguinte:

Os saldos da estimativa de IRC do R.E.T.G.S. (ativos ou passivos) refletem o saldo com o Estado resultante da imputação o imposto estimado por cada uma das empresas que estão dentro do perímetro regime, tal como referido na Nota 3, na parte que trata “Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento”.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	31 dez. 2015	31 dez. 2014
Juros de empréstimos a subsidiárias (*)	18	81
Outros	3	8
	21	89

(*) Periodização económica do exercício.

10. FLUXOS DE CAIXA

i) Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

Rubrica	31 dez. 2015	31 dez. 2014
Numerário	2	1
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	6	4
Equivalentes a caixa:		
Descobertos bancários	-5	-236
Caixa e seus equivalentes	3	-231
Disponibilidades constantes na Demonstração da Posição Financeira:		
Caixa	2	1
Depósitos bancários	6	4
	8	5

ii) Outras informações

A 31 de dezembro de 2015, havia um total de 23.495 milhares de euros de facilidades de créditos não utilizados (13.264, em 31 de dezembro de 2014).

11. CAPITAL E RESERVAS

- Capital social

O capital social da Empresa está representado por 133.000.000 de ações ao portador, escriturais, de valor nominal unitário de um euro, cada, que conferem direito a dividendos.

O Conselho de Administração pode decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250.000.000 de euros.

- Ações próprias

Em 2015 a Empresa não adquiriu ações próprias. Em setembro, alienou a totalidade das ações que detinha (7.399.262 ações, representativas de 5,563% do capital social).

Em 2014 a Empresa não adquiriu nem alienou ações próprias e, em 31 de dezembro, detinha 7.399.262 ações próprias, representativas de 5,563% do seu capital social.

- Reserva legal e Prémio de emissão

A Reserva Legal e o Prémio de Emissão estão sujeitos ao regime da reserva legal e só podem ser utilizadas para (Art.º 296 do CSC):

- cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- incorporação no capital.

- Outras reservas

Em 2015 as outras reservas dizem respeito a Reservas Livres. Em 2014 compreendem as reservas livres e a parte destas, no montante igual àquele pelo qual estejam contabilizadas as ações próprias (7.197 milhares de euros), tornada indisponível por determinação do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais.

- Dividendos

i) Em 2015 a CORTICEIRA AMORIM aprovou distribuir os seguintes dividendos:

- Em 24 de março de 2015, no montante de 18.620 milhares de euros, a que corresponde o valor do dividendo de 14 cêntimos por cada ação. Após a dedução dos dividendos correspondentes às ações próprias, ficaram disponíveis para pagamento, a partir do dia 20 de abril de 2015, dividendos no montante de 17.583 milhares de euros;

- Em 13 de novembro de 2015, no montante de 32.585 milhares de euros, a que corresponde o valor do dividendo de 24,5 cêntimos por cada ação. Estes dividendos ficaram disponíveis para pagamento no dia 30 de novembro de 2015.

ii) Em 2014 a CORTICEIRA AMORIM aprovou distribuir os seguintes dividendos:

- Em 24 de março de 2014, no montante de 15.960 milhares de euros, que correspondem ao valor 12 cêntimos por cada ação. Após a dedução dos dividendos correspondentes às ações próprias, ficaram disponíveis para pagamento, a partir do dia 23 de abril de 2014, dividendos no montante de 15.072 milhares de euros;

- Em 27 de novembro de 2014, no montante de 9.310 milhares de euros, que correspondem ao valor de 7 cêntimos por cada ação. Após a dedução dos dividendos correspondentes às ações próprias, ficaram disponíveis para pagamento, a partir do dia 15 de dezembro de 2014, dividendos no montante de 8.792 milhares de euros.

- Outras variações no capital próprio

O montante de 339 milhares de euros respeita a ganhos obtidos na alienação de ações próprias, em exercícios anteriores.

12. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

O resultado líquido por ação é calculado atendendo ao número médio do exercício das ações emitidas deduzidas das ações próprias. Não havendo direitos de voto potenciais, o resultado por ação básico não difere do diluído.

	31 dez. 2015	31 dez. 2014
Ações emitidas	133.000.000	133.000.000
Nº médio de ações próprias	5.290.979	7.399.262
Nº médio de ações em circulação	127.709.021	125.600.738
Resultado líquido (mil euros)	38.183	41.022
Resultado por ação (euros)	0,299	0,327

13. PROVISÕES

Provisões para impostos	Ano 2015	Ano 2014
Saldo inicial	12.396	10.431
Aumentos	361	1.965
Saldo final	12.757	12.396

Foram constituídas no exercício provisões relativas a processos fiscais no montante de 361 milhares de euros, relativas a processos de imposto sobre o rendimento.

Os processos em aberto, tanto em fase judicial, como em fase graciosa, e que podem afetar desfavoravelmente a CORTICEIRA AMORIM, referem-se aos exercícios de 1997,1998 e de 2003 a 2012. O exercício de 2013 foi o último exercício revisto pelas autoridades fiscais portuguesas.

Estes processos têm origem, basicamente, em questões relacionadas com a prestação de garantias não remuneradas entre empresas do Grupo, com a dedutibilidade de juros de sociedades gestoras de participações sociais (SGPS), com a não aceitação de gastos como gastos fiscais e com perdas relativas a liquidações de subsidiárias.

A natureza dos valores reclamados é relativa a liquidações de IRC.

O valor das provisões para impostos refere-se a processos fiscais em aberto, em fase judicial ou não, bem como a situações que poderão vir a ser questionadas em inspeções futuras.

No final de cada exercício, é efetuada uma análise dos processos fiscais em curso, sendo o desenvolvimento processual dos mesmos tido em conta e, assim, aferida a necessidade de provisionar novas situações, ou de reverter, ou reforçar provisões já existentes. As provisões correspondem a situações que, pelo seu desenvolvimento processual, ou pela doutrina/jurisprudência entretanto surgida, indiciam uma probabilidade de terem um desfecho desfavorável para a CORTICEIRA AMORIM e em que, a verificar-se tal desfecho, o exfluxo pode ser estimado com fiabilidade.

Como já referido, durante este exercício, e na sequência do já registado em 2014, a CORTICEIRA AMORIM reforçou as provisões para processos fiscais. Esta decisão tem em linha de conta a maior qualidade posta pela autoridade

tributária na preparação e seguimento dos processos novos e, também, nos já existentes. O conseqüente aumento da taxa de sucesso a favor da referida autoridade, bem publicitada por ela própria, não deixou de pesar na decisão.

De notar que durante o exercício não houve desenvolvimentos dignos de registo nos processos referidos atrás.

O valor dos processos fiscais à data de fecho das contas de 2015 montava aos 12.942 milhares de euros (12.404 em 2014), para os quais estavam reconhecidas provisões de 10.966 milhares de euros, correspondentes a 85% daquele valor. Relativamente aos processos para os quais foram constituídas provisões estimou-se um valor de 1.787 milhares de euros de juros de mora, valor esse que foi adicionado aquele montante.

O total do passivo contingente é resultante dos processos fiscais não provisionados e eleva-se a 1.976 milhares de euros (1.269 em 2014).

Conforme referido no relatório de 2013, nesse exercício a CORTICEIRA AMORIM aderiu ao regime de regularização de dívidas fiscais e à segurança social (RERD) instituído pelo DL 151-A/2013. O valor pago à data elevou aos 1.491 milhares de euros. A regularização dessa dívida não implica o abandono da defesa do processo, o qual agora é considerado pela CORTICEIRA AMORIM como processo a seu favor, continuando a pugnar pelo que considera a sua razão.

Para além desse processo a seu favor, a CORTICEIRA AMORIM tem um largo número de outros processos a seu favor, os quais se referem, no essencial, a pagamentos relativos a tributações autónomas, PEC e benefícios fiscais. O valor destes processos monta aos 1,3 M€ (1,5 M€ em 2014), valor esse que não se encontra registado como integrando o seu ativo.

Considera-se adequado os montantes de 12.753 milhares de euros de provisões existentes para fazer face a contingências relativas a impostos e 4 milhares de euros de provisões para outras contingências.

14. DÍVIDA REMUNERADA

No final do exercício a dívida remunerada corrente tinha a seguinte composição:

	31 dez. 2015	31 dez. 2014
Empréstimo obrigacionista	(iv) 9.967	(i) 19.929
Papel comercial	-	(ii) 24.985
Empréstimos da banca	35.005	(iii) 7.234
Empréstimos de subsidiárias	22.650	62.046
	67.622	114.194

(i) Deduzido de 71 KE de despesas;
(ii) Deduzido de 15KE de juros.
(iii) Deduzido de 2KE de despesas.
(iv) Deduzido de 33 KE de despesas.

A dívida remunerada com vencimento a médio e longo prazo (passivo não corrente) refere-se a:

	31 dez. 2015	31 dez. 2014
Empréstimo obrigacionista	-	(i) 19.929
Empréstimos da banca	35.000	-
	35.000	19.929

(i) Deduzido de 71 KE de despesas.

Tanto no final de 2015 como no final de 2014 a totalidade desta dívida era denominada em euros e vence juros a taxa variável. O gasto médio registado no período para o conjunto das linhas de crédito utilizadas situou-se nos 1,7% (2014: 3,4%).

A empresa contratou diversos programas de emissões de papel comercial:

	2015	2014
Montante global contratado em 31 de dezembro	20.000	35.000
Montante utilizado em 31 de dezembro	0	25.000
Prazo médio ponderado das emissões	8 dias	8 dias

A 31 de dezembro de 2015, a maturidade da dívida remunerada não corrente era a seguinte:

Data de referência	A mais de 1 ano	A mais de 2 e menos de 5 anos	A mais de 5 anos	Total
31 dez. 2015	-	10.000	25.000	35.000

À data de fecho de contas de 2015, a CORTICEIRA AMORIM tinha linhas de financiamento cuja documentação contratual de suporte incluía *covenants* genericamente usados neste tipo de contratos, nomeadamente: *cross-default*, *pari passu* e, em alguns casos, *negative pledge*, e rácios financeiros (associados às demonstrações financeiras consolidadas).

A CORTICEIRA AMORIM tinha utilizado naquela data linhas de crédito às quais estavam associados *covenants* financeiros (com base nas contas consolidadas do grupo). Estes consubstanciavam-se, essencialmente, no cumprimento de rácios que permitem acompanhar a situação financeira consolidada da empresa, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida. O rácio mais utilizado era o que relaciona a Dívida com o EBITDA gerado pela Sociedade (Dívida remunerada líquida/EBITDA corrente). Também os rácios que relacionam o EBITDA com os juros suportados (EBITDA corrente/Juros líquidos) e o valor dos Capitais Próprios com o Total do Balanço (Autonomia Financeira) estão presentes em alguns dos contratos.

A 31 de Dezembro de 2015, estes rácios registavam os seguintes valores consolidados:

Dívida remunerada líquida / EBITDA corrente	0,83
EBITDA corrente / juros líquidos	70,5
Autonomia Financeira	53,1%

Os rácios acima mencionados cumpriam larga e integralmente as exigências constantes dos contratos que formalizavam as referidas linhas de crédito. Na eventualidade do seu não cumprimento, haveria a possibilidade de tal circunstância conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados.

Para além do referido cumprimento informa-se que a capacidade de assegurar o serviço de dívida estava ainda reforçada pela existência, à data de 31 de dezembro de 2015, de 23.495 milhares de euros de facilidades de crédito não utilizadas.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31 dez. 2015	31 dez. 2014
Estado e outros entes públicos	63	65
Accionistas (dividendos não reclamados)	12	7
Remunerações e encargos patronais sobre remunerações (*)	84	83
Juros e outros encargos de financiamentos (**)	398	1.588
Outras dívidas a pagar	35	35
	592	1.778

(*) Periodização económica do exercício. Vencem para pagamento em 1 de Janeiro do ano seguinte.

(**) Periodização económica do exercício.

Os saldos indicados, acima, na linha “Estado e outros entes públicos”, são compostos como segue:

	31 dez. 2015	31 dez. 2014
Impostos retidos na fonte	33	34
Contribuições para a Segurança Social	30	30
Imposto do selo	-	1
	63	65

16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

No primeiro trimestre de 2013, foi firmada uma operação de swap de taxa de juro a três anos, sobre um nominal de 20 milhões de euros. Pela operação, a Sociedade comprometeu-se a pagar juros à taxa fixa e em troca receber juros à taxa variável, um *proxy* da Euribor 6 meses. A 31 de dezembro de 2015 o justo valor desse *swap* era de -11 milhares de euros (-124 milhares de euros, a 31 de dezembro de 2014).

Uma outra operação de *swap* de taxa de juro foi firmada durante o primeiro trimestre de 2010, a cinco anos, com maturidade em 2015, sobre um nominal de 30 milhões de euros. Pela operação, a Sociedade comprometeu-se a pagar juros à taxa fixa e em troca receber juros à taxa variável, um *proxy* da Euribor 6 meses. A 31 de dezembro de 2014 o justo valor desse *swap* era de -83 milhares de euros.

Estes derivados são instrumentos financeiros a justo valor nas contas da sociedade. Não sendo transacionados em mercado, não têm cotação (derivado “*over the counter*”).

17. CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros inserem-se, essencialmente, na categoria de empréstimos e contas a receber. Por sua vez os passivos financeiros são, essencialmente, passivos a custo amortizado.

Ativos financeiros em 31 dez. 2014	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos disponíveis para venda	Total
Outros ativos financeiros	-	47	47
Empresas do grupo	68.162	-	68.162
Outras contas a receber	89	-	89
Caixa e depósitos bancários	5	-	5
	68.256	47	68.303

Ativos financeiros em 31 dez. 2015	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos disponíveis para venda	Total
Outros ativos financeiros	-	47	47
Empresas do grupo	86.394	-	86.394
Outras contas a receber	21	-	21
Caixa e depósitos bancários	8	-	8
	86.423	47	86.470

Passivos financeiros em 31 dez. 2014	Justo valor por resultados	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total
Dívida remunerada	-	114.195	114.195
Fornecedores	-	60	60
Empresas do grupo	-	527	527
Outras contas a pagar	-	1.778	1.778
Outros passivos financeiros	207	-	207
	207	116.560	116.767

Passivos financeiros em 31 dez. 2015	Justo valor por resultados	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total
Dívida remunerada	-	67.622	67.622
Fornecedores	-	38	38
Empresas do grupo	-	744	744
Outras contas a pagar	-	592	592
Outros passivos financeiros	11	-	11
	11	68.996	69.007

18. GANHOS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS

Em 2015 os ganhos imputados de subsidiárias são relativos a dividendos da Amorim Natural Cork, S.A. (36.924 milhares de euros) e da Amorim Revestimentos, SA (3.273 milhares de euros). Em 2014, referem-se a dividendos da Amorim Natural Cork, S.A. (46.242 milhares de euros).

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2015	2014
Trabalhos especializados	299	322
Rendas e alugueres	130	140
Deslocações e estadas	52	34
Comunicação e sistemas informáticos	20	24
Honorários	17	16
Combustíveis	11	11
Representação	8	10
Contencioso e notariado	7	5
Artigos para oferta	5	4
Outros	10	12
	559	578

20. GASTOS COM O PESSOAL

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais:		
Conselho de Administração	579	496
Conselho Fiscal	41	41
Remunerações do pessoal	370	373
Encargos sobre remunerações	198	214
Outros gastos com o pessoal	22	14
	1.210	1.138
Número médio de pessoas remuneradas	14	15
Número final de pessoas remuneradas	15	15

Tal como em 2014, a remuneração atribuída aos Membros da Assembleia foi de 13 mil euros. Estas remunerações foram registadas na Conta de Fornecimentos e Serviços Externos, em Honorários.

21. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A remuneração atribuída ao Revisor Oficial de Contas foi de 55 mil euros (54 mil em 2014). Esta remuneração foi registada na Conta de Fornecimentos e Serviços Externos, em Trabalhos Especializados.

22. OUTROS GASTOS E PERDAS

	2015	2014
Donativos	57	49
Quotizações	50	28
Correções relativas a exercícios anteriores	6	98
Serviços bancários	3	3
Despesas não devidamente documentadas	1	23
Imposto de selo	-	65
Outros	3	5
	120	271

Os donativos foram concedidos às seguintes instituições:

	2015	2014
Fundação Albertina Ferreira de Amorim	45	49
WWF European Policy Program me	10	-
Korken Schiesser GmbH	2	-
	57	49

23. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

	2015	2014
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos, referentes a empréstimos concedidos a filiais	715	1.098
Juros obtidos de aplicações de tesouraria em bancos	16	1
Ganho no justo valor de <i>swap</i> de taxa de juro	196	587
	(1)	1.686
Juros e gastos similares suportados:		
Juros referentes a empréstimos obtidos de filiais	828	1.756
Juros, comissões e imposto de selo referentes a outros financiamentos	1.001	2.426
Perda no justo valor de <i>swap</i> de taxa de juro	-	31
Outros gastos	448	2
	(2)	4.215
Gasto líquido de financiamento	[(2) - (1)]	2.529

24. IMPOSTO SOBRE OS RESULTADOS

	2015	2014
Imposto de tributações autónomas	-25	-32
Crédito de imposto utilizado no R.E.T.G.S.	675	1.010
Reforço da provisão para impostos do R.E.T.G.S.	-361	-1.965
Insuficiência/excesso de estimativa de impostos do R.E.T.G.S.	911	277
Imposto sobre o rendimento	1.200	-710

Os resultados antes de impostos evoluíram para os seguintes resultados fiscais, como segue:

	2015	2014
Resultado antes de impostos	36.983	41.732
ACRÉSCIMOS:		
Mais-valias fiscais	6	-
Correções relativas a períodos anteriores	6	98
Gastos sem documento fiscal válido	1	23
Donativos	2	-
Outros	13	13
DEDUÇÕES:		
Dividendos	40.197	46.242
Mais-valias contabilísticas	11	-
Majoração de donativos e de quotizações	17	15
Resultado fiscal	-3.213	-4.391
Crédito de imposto	675	1.010

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da CORTICEIRA AMORIM e das filiais com sede em Portugal estão sujeitas a revisão e possibilidade de correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais.

A Administração da CORTICEIRA AMORIM entende que as correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2015.

25. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O total de remunerações de curto prazo do pessoal chave da CORTICEIRA AMORIM atingiu no exercício o valor de 590 milhares e euros (498, em 2014). O valor de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e de pagamentos com base em ações, é nulo.

No final do ano os saldos a receber de partes relacionadas eram os seguintes:

	31 dez. 2015	31 dez. 2014
• Suprimentos a subsidiárias:		
Amorim Cork Composites, SA	46.000	40.500
Amorim & Irmãos, SA	7.300	-
Amorim Florestal, SA	3.500	-
Amorim Revestimentos, SA	500	-
Amorim Isolamentos, SA	300	-
Amorim Cork Ventures, Lda	75	-
	57.675	40.500

	31 dez. 2015	31 dez. 2014
• Empréstimos a subsidiárias (OT):		
Amorim Natural Cork, SA	10.300	-
Amorim Florestal, SA	2.100	12.200
Amorim & Irmãos, SA	400	-
Amorim Cork Services, Lda.	130	-
Amorim Cork Composites, SA	-	1.000
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	-	835
Amorim Cork Research, Lda	-	760
(OT – Operações de Tesouraria)	12.930	14.795
• Dividendos de subsidiárias:		
Amorim Revestimentos, SA	3.273	-
• Juros de suprimentos a subsidiárias:		
Amorim & Irmãos, SA	94	-
Amorim Cork Composites, SA	48	-
Amorim Florestal, SA	39	-
Amorim Revestimentos, SA	8	-
Amorim Isolamentos, SA	5	-
Amorim Cork Ventures, Lda	1	-
	195	0
• Impostos de subsidiárias (R.E.T.G.S.):		
Amorim & Irmãos, SA	9.268	7.597
Amorim Florestal, SA	1.733	2.041
Amorim Cork Composites, SA	538	447
Amorim Isolamentos, SA	195	-
Amorim Compocork, Lda	174	-
Amorim Natural Cork, SA	173	238
Amorim Cork Research, Lda	133	-
Amorim Ind. Solutions – Imobiliária, SA	82	105
Equipar – Part. Integradas, SGPS, Lda	25	24
Amorim Revestimentos, SA	-	2.415
	12.321	12.867
• Devedores por acréscimos de rendimentos:		
(Juros que vencem no próximo ano)		
Amorim Natural Cork, SA	18	-
Amorim Florestal, SA	-	41
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	-	28
Amorim Cork Research, Lda	-	12
	18	81
Total	86.412	68.243

No final do ano os saldos a pagar a entidades relacionadas eram os seguintes:

	31 dez. 2015	31 dez. 2014
• Fornecedores:		
Subsidiárias:		
Amorim Cork Research, Lda	-	24
Amorim Cork Services, Lda	18	-
Amorim & Irmãos, SA	1	2
Amorim Revestimentos, SA	0,4	-
Amorim Cork Composites, SA	0,3	1
Amorim Isolamentos, SA	0,3	-
	20	27
• Empréstimos de subsidiárias:		
Amorim Cork Composites, SA	16.900	-
Amorim Revestimentos, SA	4.500	3.000
Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda	1.050	1.150
Amorim Isolamentos, SA	200	-
Amorim Natural Cork, SA	-	49.296
Amorim & Irmãos, SA	-	8.600
	22.650	62.046
• Impostos de subsidiárias (R.E.T.G.S.):		
Amorim Revestimentos, SA	628	-
Amorim Cork Services, Lda	88	-
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	20	28
Amorim Cork Ventures, Lda	8	-
Amorim Compocork, Lda	-	266
Amorim Cork Research, Lda	-	98
Amorim Isolamentos, SA	-	135
	744	527
• Credores por acréscimos de gastos:		
(Juros que vencem no próximo ano)		
Amorim Cork Composites, SA	105	-
Amorim Revestimentos, SA	20	23
Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda	8	31
Amorim Natural Cork, SA	-	1.105
Amorim & Irmãos, SA	-	79
	133	1.238
Total	23.547	63.838

As transações com partes relacionadas, realizadas durante o ano, foram as seguintes:

	2015	2014
• Fornecimentos e serviços:		
De subsidiárias:		
Amorim Cork Services, Lda	158	-
Amorim Revestimentos, SA	91	90
Amorim Cork Composites, SA	2	3
Amorim & Irmãos, SA	1	1
Amorim Cork Research, Lda	-	158
De outras entidades relacionadas:		
Amorim Viagens e Turismo, Lda	26	19
OSI-Sist. Informáticos e Electrotécnicos, Lda	16	19
Quinta Nova de N.ª Senhora do Carmo, SA	3	3
	297	293
• Juros de financiamentos de subsidiárias:		
Amorim Natural Cork, SA	498	1.105
Amorim Cork Composites, SA	105	446
Amorim & Irmãos, SA	104	79
Amorim Revestimentos, SA	96	23
Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda	25	31
Amorim Ind. Solutions – Imobiliária, SA	-	69
Amorim Compcork, Lda	-	3
	828	1.756
• Juros de financiamentos a subsidiárias:		
Amorim Florestal, SA	397	614
Amorim & Irmãos, SA	217	30
Amorim Cork Composites, SA	49	6
Amorim Natural Cork, SA	18	365
Amorim Cork Research, Lda	9	12
Amorim Revestimentos, SA	9	-
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	7	65
Amorim Isolamentos, SA	7	6
Amorim Cork Services, Lda	1	-
Amorim Cork Ventures, Lda	1	-
	715	1.098

26. RESPONSABILIDADES DA EMPRESA POR GARANTIAS PRESTADAS

À data de 31 de dezembro dos anos de 2015 e de 2014 encontravam-se prestadas as seguintes garantias:

Beneficiário	Motivo	31 dez.2015 Valor	31 dez.2014 Valor
- Autoridade Tributária e Aduaneira	Processos relativos a impostos	2.294	1.801
- Instituições financeiras	Confortos a linhas de crédito e garantias bancárias a empresas interligadas	100.614	54.268
		102.908	56.069

A empresa domina totalmente as sociedades a seguir indicadas, pelo que assume, relativamente a essas sociedades, as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais:

- ◆ Amorim & Irmãos, SGPS, SA
- ◆ Amorim Cork Composites, SA
- ◆ Amorim Cork Research, Lda
- ◆ Amorim Natural Cork, SA

27. INFORMAÇÕES REQUERIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação relativa ao número 4 do artigo 5.º do Decreto- Lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro.

i) Relação dos créditos concedidos durante o ano de 2015 e respetivas posições devedoras à data de 31 de dezembro de 2015:

➤ Amorim & Irmãos, SA	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido:	
Em abril	22.000 K€
Em dezembro	5.400 K€
Reembolsos	19.700 K€
Saldo em 31 de dezembro	7.700 K€
➤ Amorim & Irmãos, SGPS, SA	
Saldo no início do ano	835 K€
Crédito concedido	0 K€
Reembolsos	835 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€
➤ Amorim Cork Composites, SA	
Saldo no início do ano	41.500 K€
Crédito concedido:	
Em março	2.000 K€
Em junho	1.000 K€
Em outubro	1.000 K€
Em dezembro	1.500 K€
Reembolsos	1.000 K€
Saldo em 31 de dezembro	46.000 K€
➤ Amorim Cork Research, Lda.	
Saldo no início do ano	760 K€
Crédito concedido:	
Em janeiro	150 K€
Em fevereiro	150 K€
Em abril	350 K€
Reembolsos	1.410 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€

➤ Amorim Cork Services, Lda.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido:	
Em agosto	350 K€
Em dezembro	130 K€
Reembolsos	350 K€
Saldo em 31 de dezembro	130 K€
➤ Amorim Cork Ventures, Lda.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido em junho	75 K€
Reembolsos	0 K€
Saldo em 31 de dezembro	75 K€
➤ Amorim Isolamentos, SA	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido:	
Em fevereiro	300 K€
Em março	300 K€
Reembolsos	300 K€
Saldo em 31 de dezembro	300 K€
➤ Amorim Florestal, SA	
Saldo no início do ano	12.200 K€
Crédito concedido:	
Em janeiro	4.600 K€
Em fevereiro	800 K€
Em março	3.350 K€
Em abril	3.700 K€
Em maio	4.500 K€
Em junho	8.220 K€
Em julho	5.970 K€
Em agosto	5.100 K€
Em setembro	4.984 K€
Em outubro	2.200 K€
Em novembro	2.200 K€
Em dezembro	3.300 K€
Reembolsos	55.524 K€
Saldo em 31 de dezembro	5.600 K€
➤ Amorim Natural Cork, SA	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido:	
Em novembro	12.000 K€
Em dezembro	2.300 K€
Reembolsos	4.000 K€
Saldo em 31 de dezembro	10.300 K€

➤ Amorim Revestimentos, SA	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido em março	500 K€
Reembolsos	0 K€
Saldo em 31 de dezembro	500 K€

ii) - Relação dos créditos obtidos durante o ano de 2015 e respetivas posições credoras à data de 31 de dezembro de 2015:

➤ Amorim & Irmãos, SA	
Saldo no início do ano	8.600 K€
Crédito obtido:	
Em janeiro	1.300 K€
Em março	2.000 K€
Pagamentos	11.900 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€

➤ Amorim Cork Composites, SA	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito obtido:	
Em janeiro	1.500 K€
Em fevereiro	1.000 K€
Em março	1.500 K€
Em abril	1.505 K€
Em maio	1.800 K€
Em junho	4.000 K€
Em setembro	2.000 K€
Em outubro	2.250 K€
Em novembro	3.245 K€
Em dezembro	4.000 K€
Pagamentos	5.900 K€
Saldo em 31 de dezembro	16.900 K€

➤ Amorim Isolamentos, SA	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito obtido em novembro	200 K€
Pagamentos	0 K€
Saldo em 31 de dezembro	200 K€

➤ Amorim Revestimentos, SA	
Saldo no início do ano	3.000 K€
Crédito obtido:	
Em janeiro	1.000 K€
Em fevereiro	700 K€
Em março	1.700 K€
Em maio	300 K€
Em junho	500 K€
Em julho	370 K€
Em Setembro	4.500 K€
Em outubro	1.500 K€
Pagamentos	9.070 K€
Saldo em 31 de dezembro	4.500 K€

➤ Amorim Natural Cork, SA	
Saldo no início do ano	49.296 K€
Crédito obtido	0 K€
Pagamentos	49.296 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€
➤ Vatria - Consultadoria e Marketing, Lda	
Saldo no início do ano	1.150 K€
Crédito obtido em junho	1.150 K€
Pagamentos	1.250 K€
Saldo em 31 de dezembro	1.050 K€

Mozelos, 11 de fevereiro de 2016

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2015

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram, submetemos à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

I - ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

Ao longo do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou regularmente a evolução da actividade da Sociedade e das suas principais subsidiárias e vigiou pela observância da Lei e do Contrato de Sociedade, tendo procedido à fiscalização da administração da Sociedade, da eficácia dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna e da preparação e divulgação da informação financeira, bem como da regularidade dos registos contabilísticos, da exactidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela sociedade, por forma a verificar que os mesmos conduzem a uma adequada expressão do património e dos seus resultados individuais e consolidados e fluxos de caixa.

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu com o representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo, no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efectuados e tomar conhecimento das respectivas conclusões, para além de avaliar a sua independência. Reuniu igualmente com os representantes departamentais com funções de relevo na preparação das contas individuais e consolidadas, bem assim como com o Auditor Interno, de todos tendo recebido total colaboração. O Conselho Fiscal reuniu igualmente com o Conselho de Administração e com a Comissão Executiva, de quem obteve esclarecimento para todas as questões suscitadas, bem como uma compreensão dos planos e objectivos da Sociedade.

O Conselho Fiscal analisou a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual e Consolidada relativa ao exercício de 2015, que compreendem a Demonstração Consolidada e Individual da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2015, a Demonstração Individual e Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual e Consolidada dos Resultados e Outro Rendimento Integral, a Demonstração Individual e Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Individual e Consolidada dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, documentos esses que não apresentam quaisquer reservas.

O Conselho Fiscal analisou também o Relatório de Governo da Sociedade, competindo-lhe apenas atestar se o mesmo inclui todos os elementos referidos no art nº 245-A do Código de Valores Mobiliários, o que o Conselho Fiscal verificou.

II - PARECER

No âmbito das competências do Conselho Fiscal, declara-se que, tanto quanto é do nosso conhecimento e convicção, os documentos de prestação de contas atrás referidos, foram preparados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA e do GRUPO por ela liderado, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do GRUPO, contendo uma adequada descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Atesta-se ainda que o Relatório do Governo da Sociedade, inclui os elementos referidos no art 245-A do Código de Valores Mobiliários.

Nestes termos, tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos Serviços da Sociedade, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o Conselho Fiscal é de parecer que nada obsta

1. À aprovação do Relatório de Gestão Individual e Consolidado relativo ao exercício de 2015;
2. À aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício de 2015;
3. À aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que se encontra devidamente fundamentada pelo nível de resultados alcançados e pela situação financeira da Sociedade,

pelo que emite parecer favorável à aprovação dos mesmos.

III - AGRADECIMENTOS

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento ao demais Órgãos Sociais e aos Serviços, pela colaboração recebida no desempenho das suas funções.

Mozelos, 2 de Março de 2016

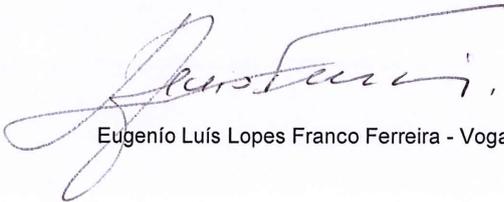
O Conselho Fiscal



Manuel Carvalho Fernandes - Presidente



Ana Paula Africano de Sousa e Silva - Vogal



Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira - Vogal



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 333.927 milhares de euros e um total de capital próprio de 252.134 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 38.183 milhares de euros), a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485*

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

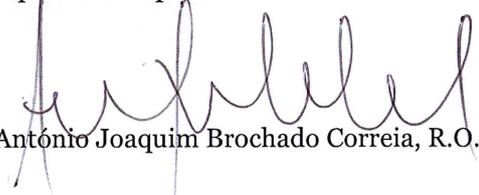
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da a posição financeira da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

1 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 20161485
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.†